

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0021140-32.2009.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Elaine Harue Souza Brunno**  
 Requerido: **R Amstaldem Representações e Assessoria Ltda e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Elaine Harue Souza Brunno move ação indenizatória por danos materiais e morais contra R. Amstaldem Representações e Assessoria Ltda e Geimpex Importação e Exportação Ltda – ME. Sustenta que morava no Japão e contratou a primeira ré para o transporte de seus bens pessoais do Japão para o Brasil, mas o transporte não foi executado a contento, tanto que os objetos foram simplesmente abandonados no porto de destino, sendo guardados em depósito, pelo governo. A primeira ré veio, inclusive, a sofrer insolvência. A segunda ré foi contratada pela primeira ré para o desembarço. O prazo para a entrega dos bens era de 03 meses, mas a entrega somente se deu, efetivamente, após 01 ano e 02 meses. O transtorno sofrido pela autora foi extremo. Também sofreu dano material correspondente aos R\$ 1.000,00 pagos para a liberação dos bens e aos R\$ 900,00 desembolsados com o transporte de Santos a São Carlos, que já estava incluído no preço inicial. Sob tais fundamentos, pede da condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais sofridos.

A Geimpex contestou (fls. 61/70) alegando preliminares e, no mérito, alega que somente foi contratada pela corré em 30.12.2008 para solucionar os problemas alfandegários, tendo obtido a liberação no prazo razoável de 03 meses, inexistindo, de sua parte, qualquer falha na prestação do serviço. A liberação poderia, ademais, ter sido ainda mais rápida, se a autora tivesse providenciado, como era de rigor, documento com tradução juramentada comprovando sua estadia no Japão por mais de 12 meses.

**0021140-32.2009.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Réplica da autora (fls. 79/80).

A ré R. Amstalden foi citada por edital (fls. 168, 170) e a curadora especial contestou por negativa geral (fls. 171vº, 179vº).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A alegação de ilegitimidade passiva foi mal rotulada de preliminar, já que baseia-se em fatos modificativos ou impeditivos do direito afirmado pela autora, ou seja, fazem parte do mérito. Fica rejeitada.

A tese de ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação não tem lógica vez que nenhuma lei exige aqueles indicado pela ré, para o aforamento da demanda. Fica rejeitada também.

Quanto ao mérito, improcede a ação no que diz respeito à ré Geimpex, vez que de início a autora contratou somente a ré R. Amstaldem ("Avante"), conforme fls. 13 e ss. A Geimpex somente foi contratada após a mercadoria ser qualificada como abandonada, e depositada no Armazém Tecondi II (fls. 28). Foi contratada, aliás, exatamente para resolver o problema causado pela R. Amstaldem (fls. 34).

Não há prova de falha na prestação do serviço prestado pela Geimpex, por isso a ação é, em relação a ela, improcedente.

Já no que diz respeito a R. Amstaldem, firma-se a sua responsabilidade, porque as provas que instruem a inicial não indicam seja imputável à autora o fato de a mercadoria ter sido qualificada como abandonada, e retida (fls. 28), exigindo a intervenção da Geimpex para o desembaraço.

O panorama probatório revela que houve falha na prestação do serviço por parte da R. Amstaldem, circunstância suficiente para atrair sua responsabilidade pelos danos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Veja-se, sobre este ponto, a explicação de fls. 31.

Quanto aos danos morais, estes decorrem das regras da experiência tendo em vista que, no caso concreto, os objetos correspondiam a bens pessoais da autora, como se vê na lista de fls. 13/14.

A autora estava, em realidade, mudando-se para o Brasil. Enquanto o prazo previsto era de 120 dias aproximadamente – fls. 17, os bens somente foram liberados mais de 01 ano depois.

Houve ofensa à dignidade e ao sentimento de estima pessoal da autora, justificando indenização que, segundo critérios de razoabilidade, é arbitrada em R\$ 10.000,00.

Quanto aos danos materiais, não há prova de que o contrato de transporte incluía o trecho Santos – São Carlos. Sem tal prova, não se pode dizer que os R\$ 900,00 pagos com tal serviço devem ser restituídos.

Já em relação aos R\$ 1.000,00 supostos desembolsados para a liberação, também não foi comprovado esse pagamento.

Julgo parcialmente procedente a ação para condenar apenas a ré R. Amstaldem Representações e Assessoria Ltda, a pagar à autora R\$ 10.000,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde a presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Condeno a R. Amstaldem Representações e Assessoria Ltda em honorários devidos ao patrono da autora, arbitrados em 15% sobre a condenação.

Condeno a autora em honorários devidos ao patrono da ré Geimpex Importação e Exportação Ltda – ME, arbitrados, por equidade, em R\$ 2.000,00, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**